

AS MOTIVAÇÕES DO TRADUTOR

Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho

CETAPS (Centre for English Translation and Anglo-Portuguese Studies),
FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia), ISAG (Instituto Superior de
Administração e Gestão)
jorgeapinho@netcabo.pt

[Recibido 03/05/09; aceptado 25/06/09]

Resumo

A perspectiva que se apresenta neste trabalho é essencialmente fundamentada pelas opiniões e afirmações de inúmeros tradutores portugueses em textos que ocupam a função de elementos para-textuais anexos às obras traduzidas. Começa-se por uma abordagem ao estatuto menor do Tradutor e às suas implicações de carácter social, económico e de reconhecimento. De seguida, abordam-se, de forma breve, as motivações mais importantes que levam os tradutores a envolverem-se no trabalho que executam. Deste modo, procura-se proporcionar uma curta panorâmica sociológica sobre a situação dos tradutores portugueses no sistema literário nacional, sobre as suas condições de trabalho e também sobre os motivos que os levam à produção de algumas traduções literárias e não-literárias editadas.

Palabras clave: estatuto do tradutor, consideração social do tradutor, sociologia do tradutor português

Abstract

The view offered by this text rests mainly upon the opinions and statements of numerous Portuguese translators in texts that have been published as para-textual elements annexed to translated works. It begins with an approach concerning the minor status of Translators and its social, economic and recognition implications. It is followed by a short analysis concerning the most important motivations inherent to the translators work. The intention is to provide a brief view of the Portuguese translators sociological situation within the national literary system, as well as their working conditions and also the reasons that make them embark on the production of literary and non-literary published translations.

Key Words: translator's status, social recognition of the translator, sociology of the Portuguese translator

1. Estatuto menor do Tradutor contemporâneo

Na actualidade é habitual os tradutores não se pronunciarem sobre o trabalho que desenvolvem, muito frequentemente porque olham para a tradução como uma actividade prática, isolada de teorizações, ou mesmo de reflexões metodológicas. Contudo, esta atitude serve apenas para desligar o acto de tradução de considerações intelectuais internas, permitindo intervenções e explicações exógenas, de teorizadores externos, que elaboram conceptualizações orientadas por valores ou interesses pessoais próprios, de ordem literária, linguística, sociológica, ou outras. Ou seja, o tradutor acaba por se tornar um estranho na análise da sua própria actividade, permitindo que outros intervenientes, mais ou menos capacitados, se pronunciem sobre a melhor forma de exercer uma actividade que muitas vezes desconhecem e não exercem.

Lawrence Venuti caracteriza de forma exemplar a situação contratual e de reconhecimento dos tradutores, não só na cultura anglo-saxónica, mas também, e em certa medida, em todo o mundo, quando a descreve da seguinte forma:

The translator's shadowy existence in Anglo-American culture is further registered, and maintained, in the ambiguous and unfavourable legal status of translation, both in copyright law and in actual contractual arrangements. British and American law defines translation as an "adaptation" or "derivative work" based on an "original work of authorship," whose copyright, including the exclusive right "to prepare derivative works" or "adaptations," is vested in the "author." The translator is thus subordinated to the author, who decisively controls the publication of the translation during the term of the copyright for the "original" text, currently the author's lifetime plus fifty years (Venuti 1995, p. 8-9).

Não é nada fácil aceitar esta situação quando todos reconhecem o contributo efectivo e fundamental dos tradutores na formação e disseminação cultural entre os povos de todo o mundo. Ainda mais quando as leis nacionais que impendem sobre a actividade intelectual reconhecem a actividade da tradução e procuram implementar consistentemente os seus direitos, apesar de não lhe conferirem o mesmo valor que à obra original. A este propósito, são de notar as afirmações constantes de um estudo do Juiz Desembargador Manuel José Boavida de Oliveira Barros sobre *Tradução e Direitos de Autor*:

Dado que necessariamente supõe a utilização da obra original, [a tradução] não tem o mesmo carácter de criação que esta tem.

(...) Enquanto trabalho intelectual, a tradução é, no entanto, sem dúvida, também uma obra de espírito que, nessa qualidade, e apesar de não ser original, merece protecção.

(...) A tutela jurídica da tradução representa o reconhecimento do relevo social do seu contributo para a propagação da cultura. Uma vez reconhecido o valor da sua contribuição intelectual, os tradutores obtiveram direito a uma participação na utilização do produto dela igualmente resultante (Barros 1994, p. 14-v).

Contudo, se a actividade da tradução em Portugal é protegida e regulamentada pelo Código de Direitos de Autor, o tradutor continua a não ser devidamente reconhecido e o seu trabalho continua a ser pouco valorizado. Aliás, a grande maioria dos contratos que os próprios tradutores assinam para a execução de trabalhos de tradução cedem integralmente aos editores os Direitos de Autor das obras traduzidas, sob pena de a tradução não ser publicada, ou então ser entregue a outro tradutor. As cláusulas relativas a tais aspectos assumem habitualmente a seguinte forma:

(...) 4. A editora XXXXXXXXXXXX obriga-se a pagar ao Tradutor pela execução do trabalho indicado na cláusula 1, a quantia de €YY por cada página, à razão de 1500 caracteres por página.

5. O presente contrato é meramente uma convenção de prestação de serviços e dele não derivam para o Tradutor quaisquer direitos sobre o texto da tradução

(Excerto de um contrato individual, datado de 2000)

Além disso, como optam frequentemente por não se pronunciarem sobre o trabalho que desenvolvem, os tradutores acabam por menosprezar a sua própria valia e acabam por dar razão aos que neles vêem não mais do que meros transmissores de uma mensagem original, essa sim valorizada e importante, muitas vezes em função do reconhecimento ao autor que a produziu.

Para muitos tradutores, e para a sociedade em geral, a tradução passa por ser, então, uma prática invisível, sempre presente, mas inapreensível. O original é uma expressão do génio, própria de um autor, ao passo que a tradução é uma cópia, um simulacro, uma imagem que se pretende com semelhanças, mas que continua subordinada ao autor. A originalidade e o valor da tradução parecem residir precisamente nesse auto-apagamento, nessa invisibilidade (Venuti, 1992, p. 3-4) que Lawrence Venuti denuncia e procura contrariar quando defende estratégias de tradução que fazem sobressair o trabalho do tradutor. Por outro lado, Peter Newmark advoga uma posição contrária, chegando mesmo a afirmar:

In principle, the translator should be invisible, and a translation should not read like a translation, but should read as an independent text about to start its own life. (Newmark 1993, p. 78)

É como se todos entendessem e quisessem, a começar por muitos tradutores, que a melhor forma de reconhecer a valia do trabalho do tradutor é este não ser mencionado, positiva ou negativamente, nas observações críticas – tal e qual um árbitro num jogo de futebol, que apenas deve arbitrar sem interferir no desenrolar do jogo. Daí também que, e no que à avaliação das qualidades da tradução diz respeito, se considere que uma boa tradução é aquela em que se verifica a fluência do discurso, tal como ela é encarada e comentada por editores, leitores ou críticos, sem que se note o dedo interventor do tradutor (*Cf.* Venuti 1995, p. 1-2).

Infelizmente, a crítica de tradução nem sempre procura analisar contrastivamente os textos originais e os textos traduzidos, de modo a compreender as opções do tradutor. Como consequência, as perspectivas de muitos críticos sobre as traduções radicam antes em perspectivas sobre os modelos literários e não em observações concretas sobre o trabalho de tradução.

A invisibilidade do tradutor é, portanto, não só uma atitude assumida pelo próprio, como afirma Lawrence Venuti, mas também uma perspectiva de aniquilação e de auto-aniquilação sugerida por outros o que, no fundo, implica um estatuto marginal para os tradutores (*Cf.* Venuti 1995, p. 8). O tradutor acaba assim por ser marginalizado ou por se auto-marginalizar, diminuindo ainda mais a importância da sua actividade.

Cada vez é mais frequente verificar também que os editores parecem esquecer os tradutores remetendo-os para as fichas técnicas das obras e concedendo-lhes apenas algum destaque quando ocupam posição proeminente no mundo literário, como autores de outras obras. Mais recentemente, a desconsideração pelos tradutores tem-se revelado de tal ordem que até mesmo os bibliotecários ou os responsáveis pelas recensões literárias e apresentação das fichas técnicas das obras nos jornais e revistas de carácter geral tendem a esquecer, nessas fichas, a referência ao autor da tradução, alegadamente por falta de espaço ou por causa de obscuros e incompreensíveis critérios editoriais!

Mas o parco reconhecimento da actividade da tradução também se reflecte em coisas mais simples e, no entanto, tão importantes à vida quotidiana. Por exemplo, no que se refere à retribuição monetária do trabalho de um tradutor... As remunerações concedidas ao trabalho de tradução, segundo números da Associação Portuguesa de Tradutores (APT), situam-se em valores irrisórios e que, apesar de aconselhados pela APT como mínimos, são afinal praticados com uma redução considerável em relação ao valor indicado por tal Associação. A título de exemplo, em 2004, o valor aconselhado para a Tradução Literária, a partir do Inglês, era de 12,45 euros por página traduzida

(página de 30 linhas, sendo que cada linha teria 10 palavras, ou 60 caracteres, ou seja, 1800 caracteres por página). No entanto, os preços reais situavam-se abaixo dos 6-7 euros por página!

Não é por isso de admirar que os tradutores tenham de desenvolver várias actividades paralelas (edição, ensino, etc.) para assegurarem a sua subsistência e poderem continuar a exercer esse ofício. Nem sequer chega a ser surpreendente que os tradutores tenham de produzir várias traduções –quando têm a sorte de as conseguir– ao mesmo tempo, e com preços concorrenciais relativamente a outros tradutores para conseguirem trabalho. Tudo isto, como seria de esperar, impõe limites temporais e emocionais à capacidade criadora da actividade do tradutor, ou mesmo às necessárias reflexões que urge fazer sobre os métodos aplicados em cada projecto e sobre o trabalho aí desenvolvido.

2. Motivações do tradutor para a execução de uma tradução

A razão de ser da existência da tradução de uma obra de literatura, ou não-literária, está normalmente relacionada à encomenda do trabalho de tradução de uma obra original por parte de um editor, ou de uma outra entidade, interessados em publicar determinado autor ou obra por causa de critérios e motivações particulares. Mas se a publicação das obras por parte dos editores é principalmente motivada por razões comerciais, por vezes há outras questões para tal publicação, entre as quais se devem mencionar as seguintes: as sugestões de amigos dos editores; as leituras de resenhas literárias de proveniências muito diversificadas (por exemplo, jornais literários de referência, ou até mesmo a revista *Time*); ou até a obrigatoriedade de publicação, por parte de uma casa editora, de um autor do qual já existem, em catálogo, outras obras publicadas.

Daí notar-se, por vezes e em algumas casas editoras, ora uma total ausência de critério na selecção das publicações, ora uma grande pluralidade de autores e de publicações, originadas por necessidades de ordem financeira, na busca incessante do Santo Graal que seria uma nova colecção «Harry Potter».

Inevitavelmente, até em função da actividade que desenvolvem, os editores são os principais responsáveis pelas encomendas de tradução que são feitas aos tradutores, conforme já se afirmou. De facto, é de realçar, pela sua importância, o papel fulcral que os editores têm desempenhado ao longo dos anos na divulgação dos autores mais importantes da literatura universal, pela sugestão de tradução de determinadas obras e também pela aceitação que concedem à divulgação dos mais variados autores.

As casas editoras em Portugal publicam traduções habitualmente encomendadas em regime de contrato independente a tradutores externos, cujo vínculo, bastante precário, está sempre condicionado à aceitação das condições impostas, ou seja, aos prazos apertados, às retribuições reduzidas,

ao respeito pelas características estilísticas pressupostas (ou impostas) pelo editor/coordenador de edição/revisor, etc. Várias casas editoras fazem também a encomenda de traduções de carácter alegadamente mais literário a professores universitários, que terão estudado aquele autor e/ou obra, ou mesmo a autores literários consagrados, por estes, supostamente, terem afinidades criativas com os autores em causa.

Quanto às condições e situação dos tradutores internos nas casas editoras, elas são mais raras e estão normalmente associadas aos trabalhos que os tradutores poderão desenvolver internamente na própria editora como coordenadores de edição, complementando a sua actividade habitual (e os rendimentos que auferem) com a execução desses projectos de tradução. Em muitos casos, especialmente na tradução de obras infanto-juvenis, verifica-se que estes profissionais da tradução nem sequer têm direito a um reconhecimento nominal na ficha técnica da obra, com ausência completa da referência à sua participação em tal trabalho.

Mas se as motivações pessoais dos tradutores, no contexto socio-cultural em que o acto de tradução ocorre, estão ligadas a circunstâncias socio-económicas (Cf. Hatim & Mason, 1990, p. 12), por norma, quando os próprios tradutores se referem à encomenda do trabalho de tradução de uma obra não mencionam a intervenção ou sugestão dos editores. Talvez esta seja apenas uma forma de manterem alguma autonomia relativamente aos editores e de, assim, não mencionarem as influências económicas que habitualmente ditam a produção das traduções. George Monteiro, numa posição de excepção extremamente privilegiada, referiu-se explicitamente, na introdução à tradução de Fernando Pessoa, de *Letra Encarnada*, de Nathaniel Hawthorne, à possibilidade de esta tradução ter sido encomendada por um editor:

Mas outras — e bem mais positivas — perguntas se levantam à volta deste inédito e que nem foram consideradas previamente nem podem ser respondidas por mim agora (e talvez que por mais ninguém). Contudo, entendo levantá-las, quanto mais não seja para registo. Para começar, quando teria Pessoa concluído a tradução do livro? Por que razão a teria feito? Tê-lo-ia escolhido deliberadamente ou ter-lho-ia algum amigo sugerido? Teria porventura algum editor solicitado a tradução? Ou tê-la-ia feito por sua conta e risco, esperando encontrar saída? Teria sido pago pelo trabalho? Por que não teria o livro sido publicado logo que a tradução foi concluída, ou eventualmente mais tarde? Como explicar que não haja qualquer registo de eventuais contactos com um editor ou, tendo-se gorado o acordo inicial, por qualquer razão, com outros editores? Finalmente, por que teria Pessoa por duas vezes iniciado uma introdução ao autor e ao livro para desistir após algumas frases? (Monteiro 1988, p. 11).

Tal como acontecia com Fernando Pessoa, ainda hoje as motivações dos tradutores de literatura para o desempenho do seu ofício vão da habitual solicitação por parte de um editor para a execução de uma tradução, até à tradução que fazem por sugestão de alguém e na perspectiva de uma publicação posterior. Mas resultam sobretudo da motivação pessoal que encontram no prazer de se dedicarem à tradução de determinado autor e/ou obra. A solicitação por parte do editor é a situação menos vezes mencionada pelos tradutores, conforme já se referiu, ao passo que as razões de prazer na leitura e de vontade pessoal de divulgação de um autor são aquelas que mais frequentemente são mencionadas como impulsionadoras para a tradução da obra de um autor.

A motivação individual dos tradutores para a execução de determinada tradução surge habitualmente, então, em função dessa intenção pessoal de divulgação de uma obra ou de um autor de que gostam particularmente, como referiu, por exemplo, José Blanc de Portugal, no posfácio a *Cocktail Party*, de T. S. Eliot, a propósito da solicitação de uma casa editora para a publicação de uma outra obra deste autor – *Assassínio na Catedral*. Todavia, José Blanc de Portugal realçou também a importância da sua própria proposta de contribuição com a tradução desta obra do mesmo autor. Desta forma, tradutores e editores surgem por vezes intimamente ligados ao processo de publicação de uma tradução, trabalhando em conjunto e colaborando para alcançarem essa publicação.

Mas um trabalho de tradução pode ainda ter como motivação imediata outras pessoas próximas do tradutor, tal como salientou Vasco Graça Moura em *Os Testamentos de François Villon*. Neste caso, se a decisão final da tradução se deveu a Vasco Graça Moura, a sugestão inicial partiu de um terceiro interveniente. A noção de prazer com a leitura do original é, aliás, uma referência constante, e alguns tradutores, como Luís Nogueira, na introdução a *Alexandria*, de Lawrence Durrell, chegam a afirmar que as alterações que fizeram para a edição da obra foram mais produtivas e mais benéficas para os leitores. No caso em epígrafe, o tradutor serviu-se da sua experiência como leitor e tradutor de Lawrence Durrell para conduzir o leitor numa viagem por um universo que conhecia muito bem, exprimindo arrebatamento, mas também confiança, para que o leitor se sentisse mais à vontade e mais esclarecido.

Muitas são, de facto, as intervenções produzidas por tradutores mais consagrados em que o prazer proporcionado pela leitura de um livro ou o gosto pessoal por um autor e respectiva obra se reflectiram directamente na motivação que tiveram para a execução da tradução. Ao prazer da leitura acresceu, nesses casos, o prazer do tradutor durante a preparação da tradução, pelo que o principal beneficiado acaba por ser sempre o leitor.

Um exemplo paradigmático desta situação são as afirmações de Paulo Quintela, no prefácio à sua tradução de *Poemas e Canções*, de Bertolt

Brecht, em que ele referiu, à imagem de muitos outros tradutores, que a sua escolha pessoal deste autor e da sua obra se devia ao enlevo que por eles sentia, e descreveu assim a sua emoção:

Traduzir um poeta é sempre uma aventura. Mas –não o é já o simples contacto com o poeta e com a poesia, quando um e outro são puros e a alma os recebe sem prevenção que lhe limite e macule a ingenuidade e a capacidade de entrega? Eu, por mim, não sei ler poetas de outra maneira. E a sua grandeza e autenticidade avalio-as por esse secreto sentido de elevação e força com que de mim se apoderam. Esse “apoderar-se” é sempre uma violência –uma aventura, pois, um arrebatamento para *terra incógnita*. Quer isto dizer que os grandes poetas, se o são, chamam sempre o leitor –se ele é também um leitor verdadeiro e ingenuamente– à sua intimidade e de certa maneira o identificam a si mesmos. Este sortilégio, este encantamento, quando se trata de um poeta em língua estranha, é *dobrado* –(aqui fala, evidentemente, só a minha pessoalíssima experiência) –de um sentimento de *necessidade de apropriação*, de *consustanciação* por parte do leitor (Quintela 1975, p. xxxi).

3. Algumas conclusões sobre as motivações dos tradutores

Apesar de serem apenas conclusões parciais sobre as motivações dos tradutores, é possível destacar alguns aspectos fundamentais pela frequência com que são referidos pelos tradutores e pela importância que estes lhes atribuíram nos comentários que teceram sobre o trabalho desenvolvido e sobre a influência que tais aspectos tiveram sobre o exercício da sua actividade:

- Em primeiro lugar, a motivação do tradutor de literatura, ou de textos não-literários, para a execução de um trabalho de tradução assenta frequentemente no seu gosto individual e nas suas convicções pessoais, que determinaram a escolha de determinado autor e permitiram uma atitude de maior disponibilidade e empenho na tradução de uma obra;
- Por outro lado, apesar de poucas vezes mencionarem os editores como responsáveis pela motivação e impulso concedido no sentido da edição de determinados autores e/ou obras, relegando-os para um papel secundário, os tradutores mencionam (de passagem, note-se) que a intervenção dos editores é realmente decisiva para a publicação das obras;
- O mesmo se verifica em relação às opiniões de terceiros, que também não são frequentemente mencionadas pelos tradutores, mas cuja intervenção é referida muitas vezes como tendo

servido de ponto de partida para a tradução de uma obra e/ou de um autor;

- Por fim, nos seus comentários, os tradutores preferem, ainda que por vezes sub-repticiamente, salientar a sua importância individual para o desenvolvimento e ímpeto concedidos à edição literária em Portugal e ao desenvolvimento do gosto literário nacional por determinados autores e/ou correntes literárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Manuel José Boavida de Oliveira. 1994. *Tradução e Direitos de Autor – Estudo*. Porto, 1994.
- HATIM, Basil & Ian MASON. 1990. *Discourse and the Translator*. London e New York: Longman, 1990.
- MONTEIRO, George. 1988. «Introdução» in Nathaniel HAWTHORNE. *A Letra Encarnada*. Tradução de Fernando PESSOA. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MOURA, Vasco Graça. 1997. «Introdução» in *Os Testamentos de François Villon e Algumas Baladas Mais*. Porto: Campo das Letras, 1997.
- NEWMARK, Peter. 1993. *Paragraphs on Translation*. Clevedon: Multilingual Matters Ltd., 1993.
- NOGUEIRA, Luís. 1982. «Introdução» in Lawrence DURRELL. *Alexandria*. Antologia, tradução e apresentação de Luís NOGUEIRA. Coimbra: Fenda Edições.
- PORTUGAL, José Blanc de. 1989. «Posfácio» in T. S. ELIOT. *Assassínio na Catedral*. Tradução de José Blanc DE PORTUGAL. Lisboa: Edições Cotovia.
- 1990. «Posfácio» in T. S. ELIOT. *Cocktail Party*. Tradução de José Blanc DE PORTUGAL. Lisboa: Edições Cotovia.
- QUINTELA, Paulo. 1975. «Prefácio» in Bertolt BRECHT. *Poemas e Canções*. Selecção e versão portuguesa de Paulo QUINTELA. Coimbra: Livraria Almedina.
- VENUTI, Lawrence (ed.). 1992. *Rethinking Translation*. London/New York: Routledge, 1992.
- 1995. *The Translator's Invisibility*. London/New York: Routledge, 1995.
- YOUNG, Jeffrey S. e WILLIAM L. Simon. 2005. *iCon*. Tradução de Jorge Almeida e Pinho. Porto: Quidnovi, 2005.

